

Contas públicas Limitação de brecha na CSLL resultaria em até R\$ 90 bi

Haddad prevê R\$ 110 bi a mais com medidas extras

Matheus Schuch, Edna Simão e
Marcello Corrêa
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou ontem quanto o governo pretende arrecadar com o primeiro pacote de medidas para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal. Segundo Haddad, a tributação de apostas eletrônicas, limitações em brechas que permitem abatimento de Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e o combate ao contrabando no comércio eletrônico devem resultar em R\$ 110 bilhões em receitas. O ministro informou que as propostas serão encaminhadas ao Congresso até o dia 15 de abril.

Somente com as apostas eletrônicas, o governo espera conseguir uma arrecadação adicional de algo em torno de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões, disse Haddad em entrevista à GloboNews. "Não é justo não tributar uma atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil."

No caso das alterações na CSLL, o objetivo é não permitir que empresas que recebem incentivos fiscais via ICMS abatam esses créditos do tributo federal quando a atividade é de custeio. Apenas investimentos seriam permitidos. A medida renderia de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões em receitas.

Uma terceira medida seria o combate ao "contrabando" no comércio eletrônico. Segundo Haddad, existem varejistas que enviam produtos comercializados pela internet como se fossem remessas feitas por pessoa física para evitar a tributação. O

combate a essa prática resultaria em até R\$ 8 bilhões, nas estimativas do governo.

"Empresas brasileiras e estrangeiras que estão sofrendo a concorrência desleal de um ou dois players mundiais estão pedindo providências para a Receita", destacou. "Daqui a pouco vão entrar com ação contra a Receita Federal", ressaltou, acrescentando que neste caso os ajustes podem ser feitos pelo fisco.

O ministro negou que as mudanças representem um aumento de carga tributária.

"Não é aumento de carga tributária. Na verdade, houve uma perda de carga tributária que nós estamos minorando, ajustando o texto àquilo que o Brasil precisa, que é estímulo de investimento."

As linhas gerais do novo arcabouço fiscal foram anunciadas semana passada, mas os textos das propostas ainda não foram revelados. Com a suspensão das sessões no Legislativo na semana de Páscoa, a entrega das medidas deve ficar para depois do feriado.

"Como não tem sessão no Congresso, vamos aproveitar esses dias para calibrar, mas certamente antes do dia 15 estará no Congresso Nacional", disse a jornalista.

Segundo o ministro, outras seis medidas estão sendo pensadas, mas devem ficar para depois da aprovação da reforma tributária a depender da "conveniência" e "oportunidade". Ele ressaltou que, pelo calendário do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados deve aprovar a proposta até julho e o Senado até outubro. Em outra frente, Haddad vol-



Fernando Haddad: mudanças não representam aumento de carga tributária

tou a afirmar ontem que vê espaço para corte na taxa de juros.

"Na minha opinião tem espaço para corte [da Selic], quando vai ser eu não sei", disse à GloboNews.

Haddad mencionou pesquisa Datafolha que indicou que 80% dos brasileiros concordam com a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a queda nos juros. Ele evitou, no entanto, comentar uma eventual saída do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. "Não é nem assunto para o ministro da Fa-

zenda", frisou o ministro, que se reuniu ontem com Campos.

Para Haddad, o espaço para crescimento dependerá da política monetária. O ministro afirmou que o efeito positivo mais imediato na economia virá do investimento público, mas defendeu o investimento privado como motor de crescimento sustentável.

"O que vai fazer a economia crescer é com investimento privado. Se ele cair, não é o público que vai compensar", frisou. (Colaborou Gabriel Caprioli, de São Paulo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 5